

## O Conselho para a Delimitação das Fronteiras Marítimas

Em Abril de 2015, o Governo de Timor-Leste estabeleceu o Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas para coordenar e gerir os esforços de Timor-Leste face à delimitação das fronteiras marítimas.

O conselho compreende os seguintes órgãos:

- a Comissão Consultiva – composta por personalidades eminentes, líderes do passado e do presente de Timor-Leste, e presidida pelo Primeiro-Ministro
- o Gabinete das Fronteiras Marítimas – responsável pela gestão executiva do Conselho e pela coordenação de todos os esforços para assegurar as fronteiras marítimas definitivas
- a Equipa de Negociação – liderada por um Negociador Principal e responsável por conduzir as negociações relacionadas com a delimitação definitiva das fronteiras marítimas, exceto relativamente a interações de nível governamental

O propósito final do Conselho é alcançar a delimitação definitiva das fronteiras marítimas de Timor-Leste de acordo com a CNUDM e o direito internacional.



Primeiro-Ministro de Timor-Leste em conversações com o Presidente da Indonésia Joko Widodo durante a visita oficial à Indonésia em Agosto de 2015.

Para mais informações contactar:

### Gabinete das Fronteiras Marítimas

Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas  
Díli, Timor-Leste  
+670 7742 5544  
info@gfm.tl

Gabinete  
das Fronteiras  
Marítimas



Gabinete  
das Fronteiras  
Marítimas

Fronteiras Marítimas  
de Timor-Leste

## Timor-Leste e fronteiras marítimas

A independência de Timor-Leste foi restaurada em maio de 2002, depois de uma luta de 24 anos contra a ocupação estrangeira.

A independência trouxe novos desafios já que a nação teve que estabelecer, a partir das cinzas do seu passado traumático, um sistema de democracia parlamentar, uma administração pública, um sistema de justiça e os serviços sociais.

Em julho de 2002, o Parlamento Nacional de Timor-Leste aprovou uma lei que fixa e define a extensão e o limite das águas territoriais, a zona econômica exclusiva e outros direitos marítimos de Timor-Leste sob o direito internacional. No entanto, o país naquela altura não dispunha de recursos técnicos e legais para finalizar as suas fronteiras marítimas. Desde então, Timor-Leste tem vindo a construir as fundações de um Estado democrático e pacífico e está agora melhor preparado para negociar uma delimitação justa das fronteiras marítimas e pôr fim à sua longa luta pela soberania territorial e marítima.

## Direitos marítimos de acordo com o direito internacional

Timor-Leste ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). A Indonésia e a Austrália também ratificaram esta Convenção.

Todos os signatários da CNUDM têm obrigações para alcançar acordos finais sobre as fronteiras marítimas. Nos termos da CNUDM, os Estados são autorizados a chegar a "ajustes provisórios", mas tais ajustes não podem "comprometer ou entravar a conclusão do acordo definitivo."

A CNUDM prevê que os Estados costeiros podem reivindicar direitos sobre uma Zona Económica Exclusiva que se estende até 200 milhas náuticas (aproximadamente 370 quilómetros) e uma plataforma continental de, pelo menos, 200 milhas náuticas, nas quais têm direitos exclusivos para fins de exploração e aproveitamento dos recursos, nas águas sobrejacentes ao fundo do mar (por exemplo, peixe) e no fundo marinho. (por exemplo, petróleo e gás).

A CNUDM prevê que, onde os Estados têm costas adjacentes ou situadas frente a frente e têm reivindicações sobrepostas, como Timor-Leste, Austrália e a Indonésia, eles devem delimitar as fronteiras marítimas por acordo, de conformidade com o direito internacional, a fim de se chegar a uma solução equitativa. Nesses casos, os tribunais internacionais geralmente seguem a equidistância/abordagem de circunstâncias relevantes para alcançar uma solução equitativa.

Timor-Leste está a tentar negociar fronteiras marítimas equitativas com a Indonésia e com a Austrália no Mar de Timor, em conformidade com o direito internacional.

## Negociações com a Indonésia

Desde a independência que o Governo de Timor-Leste tem vindo a negociar com o Governo indonésio a finalização de fronteiras terrestres. Cerca de 98% das fronteiras terrestres já foram acordadas.

Numa reunião que teve lugar em agosto de 2015, o Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Rui Maria de Araújo, e o Presidente da República da Indonésia, Joko Widodo, concordaram em resolver as restantes áreas de fronteiras terrestres até o final do ano. Também acordaram, num espírito de amizade e confiança, iniciar negociações sobre as fronteiras marítimas.

## Negociações com a Austrália

Entre a votação histórica para a independência em 1999 e a restauração da independência em Maio de 2002, a Organização das Nações Unidas foi responsável pela administração do território. Durante este período transitório, em Julho de 2001, a administração das Nações Unidas assinou um acordo de partilha de recursos com a Austrália no Mar de Timor. O acordo teve como base o Tratado do Timor Gap de 1989, entre a Austrália e a Indonésia, e que foi negociado somente depois da Austrália reconhecer formalmente a anexação indonésia de Timor-Leste.

O acordo concedeu direitos à Austrália sobre os recursos que se estendem até ao Timor Trough, cerca de 50 milhas náuticas da costa de Timor-Leste - muito além da linha mediana que seria a mais provável de ser desenhada por um tribunal internacional, aplicando a equidistância/abordagem de circunstâncias relevantes ao abrigo do direito internacional.

Em março de 2002, pouco antes de Timor-Leste se tornar uma nação independente, a Austrália retirou-se da jurisdição marítima do Tribunal Internacional de Justiça e do Tribunal Internacional do Direito do Mar. Isto significou que a nova nação de Timor-Leste não poderia pedir a um tribunal internacional para decidir sobre onde fica a fronteira equitativa em conformidade com o direito internacional no Mar de Timor, caso não seja possível chegar a um acordo com a Austrália.

A Austrália, em seguida, insistiu para Timor-Leste aprovar as disposições de partilha de recursos temporárias no Mar de Timor, acordados entre a Austrália e as Nações Unidas durante o período de administração das Nações Unidas.

O Tratado do Mar de Timor, entre os governos da Austrália e de Timor-Leste, foi assinado a 20 de Maio de 2002 - o dia em Timor-Leste se tornou independente.

Um segundo tratado, que emenda o Tratado do Mar de Timor, intitulado "Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor", foi assinado em 12 de Janeiro de 2006. Embora este tratado fosse sem prejuízo da delimitação definitiva das fronteiras marítimas, incluiu uma cláusula que dispõe que nenhum dos países afirmarão, perseguirão ou promoverão por qualquer meio em relação à outra parte a sua reivindicação de direitos soberanos, jurisdição e fronteiras marítimas durante os próximos 50 anos. Foi durante as negociações sobre este tratado que a Austrália terá alegadamente espionado a equipa de negociações de Timor-Leste.

## A arbitragem sobre espionagem

A 23 de abril de 2013, Timor-Leste iniciou os procedimentos de arbitragem no âmbito do Tratado do Mar de Timor 2002 no Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia, na sequência das alegações de espionagem durante as negociações do tratado de 2006. Timor-Leste submete, com base nessas alegações de conduta de espionagem e de acordo com princípios reconhecidos de direito internacional, que o tribunal deve considerar o tratado de 2006 ineficaz e deve, por conseguinte, declarar que o Tratado do Mar de Timor de 2002 permanece válido e operativo nos seus termos originais.

## O Tribunal Internacional de Justiça caso da apreensão de documentos

Em dezembro de 2013, durante o processo de arbitragem a decorrer, a Austrália apreendeu ilegalmente dados e documentos legais, incluindo documentos relativos à arbitragem, de um dos advogados de Timor-Leste em Camberra. Timor-Leste tomou imediatamente medidas perante o Tribunal Internacional de Justiça para recuperar os documentos.

O Tribunal Internacional de Justiça, a 3 de Março de 2014, proferiu medidas provisórias sobre o saque de Camberra, com a imposição à Austrália para selar os documentos e dados apreendidos e para mantê-los selados até à decisão final do Tribunal. O Tribunal também tomou uma decisão significativa, com 15 votos a favor e 1 contra, que "a Austrália não deve interferir de forma alguma na comunicação entre Timor-Leste e os seus consultores legais em relação com a arbitragem pendente". Um ano depois, a Austrália concordou em devolver os documentos e dados apreendidos ilegalmente e, portanto, Timor-Leste deu por encerrado o caso.

## Tentativas de negociação

Em setembro de 2014, a Austrália pediu a Timor-Leste para suspender a arbitragem sobre os casos de espionagem e apreensão de documentos durante seis meses, de forma a permitir discussões bilaterais. Em boafé Timor-Leste concordou com a suspensão.

No entanto, apesar de várias reuniões em Camberra, Singapura e Díli, a Austrália recusou-se a avançar nas discussões sobre as fronteiras marítimas. Como não houve acordo, Timor-Leste está a reabrir o caso de espionagem no Tribunal Permanente de Arbitragem e está a explorar todas as possibilidades para ter a Austrália à mesa de negociações, a fim de chegar a um acordo bilateral.

Austrália tornou claro que as fronteiras marítimas com Timor-Leste não estão em discussão. No entanto, a Austrália estabeleceu fronteiras marítimas com todos os seus outros vizinhos marítimos, incluindo a Indonésia, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, França (Nova Caledónia e Kerguelen) e Nova Zelândia através de conversações bilaterais. Timor-Leste procura a mesma oportunidade.